



Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia

Workers of the rosewood essence production in the Amazon

Renan Albuquerque Rodrigues - Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas; professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Parintins-AM. E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com

Deilson do Carmo Trindade - Historiador; doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam); professor do Instituto Federal do Amazonas/Polo Parintins-AM. E-mail: deilson@ifam.edu.br

Mirian Souza Bitencourt - Jornalista; mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Parintins/AM. E-mail: mirian-bitencourt@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em analisar o processo produtivo da essência de pau-rosa na Amazônia, com base nas narrativas dos trabalhadores. Foram coletados depoimentos sobre extração, transporte e destilação da árvore de pau-rosa, bem como a transformação da matéria-prima em óleo linalol em usinas de beneficiamento instaladas em Parintins e Nhamundá, no interior do estado do Amazonas. Observou-se como desempenhavam suas atividades e as particularidades do trabalho nas usinas. Percebeu-se, ainda, a estratégia de solidariedade coletiva relacionada à resistência e à acomodação quanto ao endividamento com o patrão. A análise fundamenta-se nos textos de Meihy (2002), Santos (1980), Meira (1995), Euclides da Cunha (2001) e Carlos Teixeira (2009).

Palavras-chave

Pau-rosa. Trabalho. História Oral. Narrativas. Amazônia.

Abstract

The paper analyzes the production of the essence of the Amazon rosewood from narratives of workers. Were collected testimonials about extraction, transport and distillation of rosewood, as well the transformations of raw materials into linalool oil processing plants installed in Parintins and Nhamundá, Amazonas State, Amazon. It was observed as played the work and characteristics of activity within the plants. It was noted strategy of collective solidarity related to resistance and accommodation on the debt with the employer. For analysis, we used Meihy (2002), Santos (1980), Meira (1995), Euclides da Cunha (2001) and Carlos Teixeira (2009).

Keywords

Rosewood. Work. Oral History. Narratives. Amazon.

INTRODUÇÃO

Ao discorrer sobre a Revolta de Canudos, Euclides da Cunha inferiu que “não havia de temer-se o juízo futuro. A história não iria até ali” (CUNHA, 2001, p. 741). De fato, Euclides intencionava salientar que as pretensas circunstâncias amparadas pela nascente República brasileira para justificar o conflito bélico foram contingências históricas não totalmente superadas. Portanto, contradizendo a citação, a história foi, sim, até lá; e os fatos, hoje bem conhecidos, indicaram que houve, severamente, um grande equívoco orquestrado pelo Estado Nacional contra aquela comunidade nordestina.

Canudos foi um capítulo da história do Brasil que mostrou o uso da força bélica desproporcional do governo contra uma pequena comunidade. Essa história ocorrida na região Nordeste, em certa medida, permanece emblemática no imaginário social, como uma ação de violência investida pelo Estado contra uma população pobre, minoritária. Transpondo esse exemplo para problemáticas similares ocorridas na Amazônia, percebem-se correlações entre os métodos agressivos de tratamento dos agentes governamentais contra os povos tradicionais amazônidas, igualmente pobres, minoritários e com limitado poder de reação e defesa.

Partindo desta premissa, o artigo almeja versar sobre um cenário pretensamente análogo à conjuntura histórica de Canudos: o da exploração extrativa da essência da árvore de pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) na Amazônia, a partir da segunda metade do século XX, que tem implicações na história recente, prioritariamente na forma como se deu o tratamento violento contra os trabalhadores inseridos nas atividades extrativistas em áreas de coleta no passado.

Todavia, neste caso específico, não se tratava de uma ação direta do governo, como no caso de Canudos, mas de uma atividade indireta orientada por empresários, que implantaram usinas de beneficiamento com a conivência do Estado, nas quais extraíam o óleo do pau-rosa em larga escala e vendiam a produção para grandes indústrias nacionais e internacionais, sem dar um retorno financeiro equivalente aos extratores que atuavam na usina e na coleta de campo.

O estudo centra-se na abordagem acerca do cotidiano laboral em galpões das usinas produtoras do óleo essencial de pau-rosa, instaladas às margens do rio Paratucu, no município de Nhamundá, e no extremo norte do arquipélago de Parintins, ambas as regiões localizadas no Baixo Amazonas, estado do Amazonas, na Amazônia brasileira. Buscou-se coletar dados por recorte transversal, junto a ex-funcionários das usinas que atuaram na atividade econômica de extração do pau-rosa no período de 1940 a 1990, e posteriormente foram analisadas as narrativas desses trabalhadores, que ainda hoje moram no entorno dessas localidades.

O estudo objetivou compreender os sentidos manifestos e latentes de narrativas históricas desses trabalhadores que, por sua vez, guardam lembranças significativas, que remetem às situações conflituosas e violentas nos campos de extração da árvore, com operação em áreas de floresta densa na Amazônia, seja adentrando as matas pelas picadas abertas por homens “antes de tudo, fortes”¹, seja trabalhando nos alambiques e florantãs nas usinas extrativas do óleo linalol, como se denomina a essência do pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke).

As narrativas orais foram tomadas por meio dos depoimentos fidedignos relacionados ao processo produtivo do pau-rosa em Nhamundá e Parintins, que englobava as etapas de extração, transporte e produção da essência, em turnos ininterruptos de trabalho. A atividade gerou um produto final controverso, comercializado no Brasil e no exterior e usado na fabricação de sabonetes e perfumes, entre eles o Channel N° 5 (BITTENCOURT; RODRIGUES, 2014a, 2014b).

[...] desde os primórdios da exploração do pau-rosa até 1960, o óleo essencial extraído da *aniba* era componente na formulação de sabonetes e perfumes, mas com a escassez da espécie limitou-se à perfumaria refinada, como o Channel n° 05, criado em 1920 pela estilista Gabrielle Chanel, que se consolidou no mercado após a atriz Marilyn Monroe declarar que dormia com apenas duas gotas do perfume e assim tornou-se o mais vendido no mundo (BITTENCOURT; RODRIGUES, 2014b, p. 81).

O artigo tem o propósito contribuir para o debate acadêmico-científico concernente à situação histórica de exploração de trabalhadores envolvidos na produção do óleo de pau-rosa, oriundos do Baixo Amazonas, na fronteira dos estados do Amazonas e Pará. Os depoimentos consistem nos fundamentos empíricos baseados nos relatos de memória de homens e mulheres que atuaram no extrativismo do pau-rosa no período estudado, e que podem ser acessados como subsídio a interpretações de parte dos registros sobre o labor compulsivo nos rincões da Amazônia. Essas narrativas referem-se às táticas pessoais e coletivas que adotavam para sobreviver e se manter são em meio ao massacrante processo produtivo, e aqui são consideradas como a base para as avaliações concernentes aos dados coletados.

Buscou-se ancoragem nas narrativas para formular ponderações sobre as experiências de vida em circunstâncias adversas. Nessa perspectiva, as práticas de trabalho em condições similares à escravidão e as estratégias de sobrevivência relatadas possibilitaram emergências sobre a formação de tramas que a dominação

¹ Referência à frase de Euclides da Cunha “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, comparando o trabalhador do pau-rosa com o sertanejo, glorificado por Cunha por sua tenacidade e capacidade de resistência, afinal, aquele também é este, por estar no sertão das selvas amazônicas e pelas vicissitudes de seu trabalho.

patronal e a natureza impuseram a esses trabalhadores. Registraram-se relatos em que se referem a endividamentos contínuos, assédios morais, moléstias por privação de sono, fome e cansaço extremo.

A partir dos depoimentos, buscou-se analisar as condições alimentares e habitacionais que o isolamento infligia aos extratores do pau-rosa, observando-se as estratégias de sobrevivência adotadas a partir das redes de solidariedade e ações coletivas, bem como as formas de resistência ou acomodação para mitigar os males causados pelas atividades de trabalho. O material coletado sugeriu que a tendência de esconder ou suportar os endividamentos, em geral, era uma das alternativas para sobreviver e continuar a trabalhar, na tentativa de quitar os empréstimos contraídos junto aos patrões de usina, para então poder voltar pra casa.

O estudo possibilitou aproximações no que tange à correlação entre a exploração da borracha na Amazônia nos anos de 1920-1940 e do pau-rosa nas décadas de 1950-1970. Foram verificados estados de tensão semelhantes nas duas atividades, que se mostraram recorrentes nos dois cenários, em vários aspectos sociais. Os depoimentos tenderam a se projetar nesse sentido de compreensão.

Essencialmente, os objetivos dos tópicos seguintes foram: a) descrever os fatores engendrados com relação ao aviamento praticado nas regiões amazônicas nas atividades de coleta e extração da essência de pau-rosa, em comparação à época da exploração da borracha; b) enfatizar as dimensões humanas de resistência às agressões e violências nas usinas de pau-rosa, que eram locais de concentração de trabalhadores explorados.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho resulta de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e recorte transversal, realizada no período de outubro de 2013 a janeiro de 2015. Procedeu-se a coleta de dados por meio de entrevistas, produzindo-se um documento contendo os registros da história oral dos informantes, visando dar voz a pessoas e grupos mantidos à margem dos documentos oficiais. Os trabalhadores entrevistados foram mateiros, extratores, cavaqueiros, trituradores, transportadores e cortadores das usinas de pau-rosa dos municípios de Parintins e Nhamundá, na mesorregião do Baixo Amazonas, na divisa dos estados do Amazonas e Pará.

Neste universo, com base na história oral, buscou-se abordar um tema específico, estabelecido por pessoas que compartilham questões comuns (MEIHY, 2002). Foram selecionados para serem entrevistados vários trabalhadores inseridos no processo produtivo do óleo de pau-rosa, a partir da amostra por julgamento

do tipo *snow ball*, em que os participantes são indicados sucessivamente a partir de um marco zero, ou seja, parte-se um colaborador inicial, que aponta a próxima pessoa a ser entrevistada, que indica outra e, por sua vez, os demais trabalhadores se tornam indicados e indicadores de conhecidos, compondo, assim, uma rede de participantes para as entrevistas de campo.

A partir de roteiro semiestruturado, procedeu-se a gravação das entrevistas, cujas perguntas explicitaram o recorte temático. Buscou-se mediar memórias individuais em face da produção de um documento em suporte digital. A coleta sistemática de dados obedeceu a critérios rigorosos quanto ao local, tempo de duração, postura ética e de igualdade ante as diferenças interpessoais, além dos cuidados para evitar conotações incognoscíveis. A transposição das gravações para a forma escrita foi realizada via de gravação, em que se transcreveram as entrevistas com técnicas de interpretação da oralidade, tendo em vista manter a fidedignidade à fala do(a) colaborador(a) e ao sentido original do relato.

A história oral é um recurso utilizado na elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes a experiências compartilhadas. É aplicada em sociedades com lacunas documentais. Toma-se como pressuposto que a memória, enquanto processo de reconstrução de lembranças, é matéria-prima da realidade, e que ao registrar as narrativas de forma oral e escrita são retidos acontecimentos do tempo, antes do esquecimento e da perda.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 PAU-ROSA E BORRACHA: O AVIAMENTO EM COMUM

Na Amazônia, a atividade extrativista está enraizada na memória social da região, que sempre buscou na natureza formas de sobrevivência e, historicamente, tendo como referência o período colonial, relacionada à coleta de drogas do sertão e ao surto de exploração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*). A associação entre o extrativismo da borracha é factível na historiografia amazônica, devido à importância da economia gomífera para a região, porém outros produtos foram e são extraídos, conservando-se as diretrizes econômicas e relações de produção semelhantes àquelas do ciclo da borracha. Dentre esses, destaca-se a essência de pau-rosa, objeto deste estudo, com ênfase na análise de narrativas de trabalhadores e cujo processo de extração mantém características remanescentes do passado, o que permitiu inferir que diversas estruturas econômico-sociais perpassam o tempo. Sobre o exposto, Meira (1995), pesquisando índios do rio Xié e a extração da piaçava, sublinha.

A produção historiográfica, em grande parte, ‘esquece’ o restante dos itens extrativos regionais. Os produtos naturais explorados historicamente na Amazônia, entretanto, não se restringem à borracha. O cacau, a castanha, a balata, a sorva, o pau-rosa, a copaíba, a andiroba, o puxuri [...] têm um significado importante para a compreensão da economia e da sociedade da região (MEIRA, 1995, p. 224).

A descrição do processo produtivo da essência do pau-rosa explora os modos de organização e realização de tarefas nas etapas de extração, transporte e transformação de toras de madeira em óleo de linalol; explora ainda o funcionamento de usinas instaladas em Parintins e Nhamundá, que eram mantidas em funcionamento 24 horas por dia, com alternância em dois turnos (diurno e noturno). Cada empregado trabalhava 12h, com divisão em duas turmas de trabalhadores, com jornadas de seis horas por turno: uma turma entrava 6h da manhã, saindo 12h, e voltava 18h, saindo 0h; outra turma entrava 12h, saindo 18h, e voltava 0h, saindo 6h da manhã. A jornada de trabalho era diferente para trabalhadores que atuavam na mata e os trabalhadores da usina.

Na usina trabalhavam os serradores, que cortavam as toras de madeira em pedaços denominados cavacos; os trituradores, que operavam máquinas de serrapilhar os cavacos; os fogueiros, responsáveis pelas caldeiras e tanques movidos a vapor, e também por destilar cavacos; os cantineiros, responsáveis pela venda de alimentos; os capatazes, que cuidavam da vigilância e da segurança do gerente; os gerentes, que organizavam e faziam a contabilidade da usina; os carregadores de essência, que enchiam tambores e os levavam até os batelões (barcos) para seguirem aos seus destinos; os lenhadores, cuidadores do fogo e das caldeiras; e as domésticas (chamadas de mulheres solteiras), que cozinhavam, lavavam roupa e se prostituíam — eram levadas até as usinas para fazer programas e acabavam servindo para os trabalhos domésticos, como forma de os patrões “prenderem” os trabalhadores.

Para a extração das árvores na mata, havia os seguintes trabalhadores: os chefes mateiros, que marcavam árvores e abriam caminho no interior da floresta para novos cortes da espécie; os serradores, que cortavam e derrubavam as árvores para depois serem coletadas; os limpadores, responsáveis por retirar galhos de árvores e dividir as partes que seriam seccionadas em toras; os roçadores, que tinham a função de abrir pequenas estradas na mata (picadas) para a passagem das toras; os carregadores de peso, responsáveis por carregar a madeira até a

beira da estrada; e os caçadores, que preparavam a alimentação complementar dos agrupamentos de mateiros do pau-rosa.

Em relatório do Ministério da Agricultura sobre a usina do Rio Andirá/AM no ano 1966, o telegrafista descreveu aspectos do corte de árvores na usina em Terra Preta:

Trata-se de um barracão rústicamente construído. Aquela usina ali está funcionando há oito anos, tendo passado por mãos de diversos proprietários que, pelo que me foi dado observar durante a caminhada, “limparam” aquela área, de árvore de pau-rosa, encontrando-se apenas tocos, assinalando que ali, algum tempo, existiu alguma árvore, transformada, posteriormente, em essência e cruzeiros, ficando a reserva indígena prejudicada. Andamos pela estrada aberta na mata, onde transitam caminhões que conduzem o pau-rosa, de enormes distâncias, para serem triturados na usina, e dali saem, já em tambores, para Parintins. Existem, cortadas e empilhadas, umas 40 toneladas de madeira pronta para o transporte (. RELATÓRIO DE VIAGEM do Ministério da Agricultura Visita à usina do Rio Andirá, área indígena).

A mão de obra era formada por trabalhadores dos estados do Amazonas e Pará. Para a execução do trabalho nas usinas eram levados em média de 400 a 800 homens, distribuídos em diferentes funções, como explica o ex-serrador Francisco Xavier:

[...] cada viagem daqui pra lá eram no mínimo 100 cem pessoas e até 800 pessoas. Eram 400 no quadro da usina e 400 no mato. Chegavam na mata, o responsável dividia tantos para derrubar, tantos para limpar e tantos para serrar com aquela roladeira – que naquele tempo não é como hoje, que já tem motosserra. Outros iam fazer estrada e outros iam carregar no jamanxim (Depoimento de Francisco Xavier. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Foram inseridos na atividade inclusive os índios Sateré-Mawé, da terra indígena Andirá-Marau, na extrema do Amazonas com o Pará. Os povos indígenas foram cooptados até o ponto em que o sistema de mercado permitiu, pois forneciam força de trabalho barata em troca de pagamentos irrisórios.

Depois de derrubada, a árvore de pau-rosa era transportada nas costas dos carregadores, que usavam um utensílio denominado “jamanxim”. O ex-carregador de peso, Heitor Guimarães, descreve características do instrumento.

Figura 1 - Índios Sateré-Mawé na usina do Rio Andirá.



Fonte: Ministério da Agricultura, 1967.

O jamanxim é um quadrado forrado com palha de muru-muru, com os peitorais de envira e uma armação de pau. O jamanxim era carregado nas costas junto com as cangaias de pau-rosa, que a gente fazia como burro de carga. A gente descia um atrás do outro carregando peso nas costas, até 186 quilos eu carregava (Depoimento de Heitor Guimarães. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Com o jamanxim, esforçava-se para levar o máximo de peso possível, pois cada quilo a mais representava um abatimento na dívida, como relata o ex-carregador Manoel Soares, da Usina Fé em Deus/AM.

Cheguei a carregar até 220 quilos. Era um ganho que a gente se esforçava para ganhar mais porque o pagamento do pessoal que carregava menos peso era um cruzeiro e meio. Os melhores trabalhadores de peso ganhavam dois cruzeiros. A gente subia aquelas enormes ladeiras de 150, 180 degraus pra chegar em cima [...] (Depoimento de Manoel Soares. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Para os patrões manterem o controle dos trabalhadores e da produção, instalavam aparelhos de comunicação nas usinas. A “fonia” era o telefone da época. Segundo o ex-gerente da usina Santo Antônio/AM, José Guerreiro, a fonia tinha um papel fundamental “para a gente se comunicar, para não ficar desorientado” (BITENCOURT; FERREIRA, 2014). A seguir, encontra-se a imagem de uma usina nos anos 1960 (Figura 2).

Figura 2 - Usina Terra Preta, rio Andirá/AM.



Fonte: Ministério da Agricultura, 1967.

Para manterem os trabalhadores por mais tempo, os empresários levavam para as usinas cachaça e mulher. Mas esse lazer tinha um alto custo. Elas faziam trabalhos domésticos e programas sexuais, pagos por meio de “vale” – um pequeno recibo assinado pelo gerente, no valor de 2,5 cruzeiros (cerca de R\$ 50,00 na moeda corrente). Esses vales eram trocados por comida com os proprietários de usinas. José Guerreiro comenta sobre o caso.

Essas mulheres solteiras, elas tinham uma validade de dois ou três meses para voltar à cidade. Então lá era feito o pagamento através de vale, nessa época era 2,5 cruzeiro que custava um vale. Elas vinham até o escritório de Faro/PA com os vales assinados por mim dizendo tantos cruzeiros (Depoimento de José Guerreiro. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

As casas das mulheres eram construídas pelos homens da usina. A cobertura era de palha e a armação de madeira. Nos finais de semana eram organizadas festas, que ocorriam nas noites de sábado para domingo. Nessas festas, os homens contraíam dívidas para comprar bebidas e pagar os programas. Com este sistema, era quase impossível quitar os empréstimos.

Tinha a casa das famílias e tinha a casa das mulheres solteiras, era mesmo que ser na festa de junho, porque tinham as barraquinhas ao redor (Depoimento de Manuel Soares In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Dia de sábado tinha festa, porque ia negócio de rapariga pra lá, aí o camarada não tinha mais nem vontade de vim de lá (Depoimento de Francisco Xavier In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Chegava lá, chamava a mulher, ela vinha com a gente e quando chegava aqui em Faro elas vinham ajustar conta com o Wladimir (Depoimento de Gerson Bulcão In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

A extração da essência do pau-rosa era uma atividade predatória ligada ao comércio internacional. Os trabalhadores foram inseridos em um cenário econômico fugaz, e de elementos sociais contraditórios (FIGUEIRA, 2000). Assim, ponderando os aspectos do contexto vivido no passado, questiona-se: em que medida se podia escolher o trabalho em um ambiente sem governança na Amazônia, visto que ainda hoje se configuram situações similares?

Não tinha outro meio, não tinha pra onde a gente correr. Era por necessidade que a gente se obrigava a trabalhar no pau-rosa, que era serviço de escravo (Depoimento de José Guerreiro. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Enquanto descreviam tarefas cotidianas de extração na usina e no campo, para informar nuances do processo produtivo, os trabalhadores expuseram suas estratégias, individuais e coletivas, nos aspectos sociais, econômicos, profissionais e culturais para o enfrentamento de situações adversas, em razão do desempenho das suas funções na época. Tanto o processo produtivo quanto as condições de trabalho, ao serem interpretadas, evidenciam as semelhanças desta atividade com o extrativismo do látex durante o ciclo da borracha.

Foi constatado que persiste o sistema aviamento e o endividamento junto aos patrões, o que gerou resistência ou acomodação, em face desta situação. Nesse sentido, busca-se aprofundar o conhecimento sobre a fronteira de atuação dos trabalhadores das usinas de beneficiamento do pau-rosa, visando descortinar as faces da sociedade na qual o grupo está inserido. Sobre esta situação, os trabalhadores relataram:

O trabalhador era conduzido através de um abono. O abono que a gente chamava naquela época era o dinheiro. Porque ele não tinha dinheiro para passar a festa de junho, aí ele pegava o dinheiro e estourava. Então antes de chegar próximo a junho a gente se preparava com dinheiro para abonar essas pessoas para poder levar para usina. Esse pessoal era abonado na festa de São João Batista, e essas pessoas chegavam lá e perguntavam: – Tem dinheiro, Guerreiro? Eu respondia: – Tem. Então me dá aí cem cruzeiros que eu vou pra usina trabalhar [...] (Depoimento de José Guerreiro. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Fiquei devendo para ele (patrão) 452 cruzeiros, aí ele disse assim: – Olha, Gerson, tu vai comigo para usina. Tá, eu fui embora trabalhar. Para se

pagar a conta, já que naquela época uma diária custava 2,5 cruzeiro, era demorado. Passei seis meses lá, trabalhando. Trabalhava dia e noite para pagar esse dinheiro que devia. Eu entrava seis da manhã e saía cinco da tarde, aí eu vinha, comia, tomava um café dormia e me acordava com o apito da usina [já para entrar no turno da noite, a partir da 0h], já para entrar e largar as cinco da manhã de novo [...] (Depoimento de Gerson Bulcão. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Segundo Teixeira (2009), é provável que Santos (1980) tenha sido o primeiro autor que sintetizou a dinâmica interna do sistema de aviamento, que consiste em fornecer mercadorias a crédito a outrem, que deve pagá-las mediante a entrega de gêneros. A partir daí se estabelece um sistema relacional entre pessoas na cadeia do aviamento.

No aviamento, A fornece a B uma quantidade de mercadoria (bens de consumo e instrumento de trabalho), ficando B de resgatar a dívida com produtos agrícolas ou extrativos da própria safra, em espécie. Havendo credor, B recebe em dinheiro. Se o saldo é devedor, B fica em débito até a safra subsequente. A chama-se aviador e B chama-se aviado. Tem-se dessa maneira um esquema geral do aviamento. Sua constituição, porém, é muito mais complexa. Assim, o aviado B pode perfeitamente tornar-se aviador de C e C, que é aviado, pode refinarciar a D, tornando-se aviador e etc. (SANTOS, 1980, p. 11).

No contexto da economia da borracha, o aviamento era uma forma de fornecer mercadorias a crédito, na qual o aviador era o seringalista e o aviado o seringueiro. O aviamento implicava no endividamento cíclico. Sem dinheiro incluso nessa transação, o aviador, dono do seringal, fornecia ao extrator do látex certa quantidade de bens de consumo e, como pagamento, recebia a sua produção extrativa. O preço das mercadorias era fixado pelo aviador, acrescido de juros altos – até mais de cem por cento – os quais o aviado não conseguia pagar. Endividado e impedido de sair do seringal, tornava-se cativo do aviador, que dispunha de um serviço policialesco de guardas armados, que montavam campana para impedir as fugas.

O endividamento seria o crime do seringueiro aprisionado. As provas eram as anotações contábeis grosseiras, registradas pelo próprio aviador e, como nunca eram fiscalizadas ou questionadas, ele tinha a “possibilidade de fazer os números dançarem ao compasso de seus interesses” (SANTOS, 1980, p. 168). Portanto, não havia contrato formal, mas somente somas escritas que mantinham o seringueiro em perpétuo endividamento, garantindo a estabilidade exploratória do sistema.

Em 1910, Oswaldo Cruz escreveu que em lugares distantes das cidades amazônicas o seringueiro tinha que se alimentar de conservas contaminadas por

gases putrefatos. Era comer “substâncias deterioradas se não quisesse morrer à fome [...] feijão e arroz furados pelos bichos [...] à falta d’outra alimentação, é obrigado a esta” (CRUZ, 1910 apud SANTOS, 1980, p. 164). Pimenta Bueno, gerente do Barão de Mauá, dizia que os seringueiros eram “máquinas de trabalho para gozo alheio, [vítimas de] febres intermitentes e paludosas, voltavam ao lar tão pobres quanto saíram [...]” (BUENO apud SANTOS, 1980, p. 154).

Impressionado com a espoliação e o endividamento, Euclides da Cunha sublinhou que a Amazônia era um “paraíso diabólico dos seringais”, enquanto o seringueiro era o “homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA apud SANTOS, 1980, p. 156). O autor de *Os Sertões* compreendia o bioma e os habitantes do imenso vale amazônico como uma terra a ser entendida antes de conquistada, e como espaço de contrastes e complexidades duradouras e sequenciais, sem começo e fim definidos.

Entretanto, apesar das contradições, o aviamento – nascido da ideia primitiva de escambo – sustentou a economia amazônica no período áureo da borracha, e ainda persiste de maneira ambígua, caracterizando-se como elemento amoral, mas instituído com teor sublime no imaginário de parte dos moradores da região. Dados obtidos junto aos trabalhadores do pau-rosa corroboram as inferências sobre essa engrenagem trabalhista, na qual a manutenção de endividamentos pelo aviamento agrega má alimentação, doenças, desgaste físico e risco de morte.

2.2 O “REGIME DO TOCO” E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

O regime do toco foi a forma mais comum de trabalho insalubre utilizada nos seringais e também nas usinas de beneficiamento de pau-rosa na Amazônia. Carlos Teixeira (2009), em *Servidão humana na selva*, explanou sobre o sistema de aviamento no interior dos seringais. Na visão do autor, foi o modo relacional que prevaleceu nos seringais – e também na extração do óleo de pau-rosa (*Aniba rosaeodora*) – coexistindo com os demais sistemas surgidos no desenvolvimento do extrativismo gomífero, via aviamento e, recentemente, na relação de arrendamento, por meio da qual o seringueiro que trabalha por conta própria entrega 20% da produção ao patronato.

O regime manifesta-se pelo elevado grau de sujeição do trabalhador e pela forma de exploração indiscriminada. Tomado na perspectiva do aviamento, o regime do toco corresponde ao período áureo da borracha e está relacionado à modalidade de compulsão no trabalho, cuja característica se deu em face do uso de castigos corporais e violência psíquica a quem tentava fugir do barracão.

O regime caracteriza-se pelo elevado grau de sujeição do trabalhador e pela forma de exploração indiscriminada. Tomado na perspectiva do aviamento, o regime do “toco” corresponde ao período áureo da borracha e está relacionado à modalidade de trabalho compulsório, cujos métodos consistem no castigo corporal e na violência psíquica contra quem tentava fugir do barracão. Estar no toco é um modo de sujeição moral; é subordinar-se ao patrão sem intermediação, como no caso dos que trabalhavam como aviados e sem possibilidades de ganho nominal na extração do pau-rosa

O regime de toco pode ser entendido como servidão, na medida em que se equipara e apresenta similaridades à noção de trabalho em regime de escravidão. Por exemplo, se trabalhadores possuíam teto salarial mínimo mensal, mas precisavam ganhar mais para viver, ao aceitarem o rancho do patrão a preços aviltantes e adiantamento a juros exorbitantes, descontados na produção do pau-rosa, reduzindo ainda mais os seus ganhos. Quando pagavam pelos produtos, endividavam-se novamente, e assim era cristalizada a relação de dependência. Com isso, o dono da fábrica sempre tinha mão de obra disponível e barata para a extração da do óleo de pau-rosa.

Os trabalhadores complementavam renda com atividades extras durante períodos de folga. O transportador Francisco Travasso Martins deixou claro em sua entrevista que a fabricação de vassouras e outros apetrechos era uma atividade comum entre os extratores do pau-rosa. A princípio, o fato pode parecer típico de acomodação, mas cabe inferir que empréstimos modulados eram válidos como estratégia econômica para o sustento para suprir as necessidades cotidianas, enquanto prática diária de resistência contra a dominação.

Trabalhadores complementavam renda com atividades extras durante períodos de folga. O transportador Francisco Travasso Martins deixou claro em sua entrevista que a fabricação de vassouras e outros apetrechos era comum entre extratores do pau-rosa. A princípio, o fato pode parecer típico de acomodação, mas cabe inferir que os empréstimos modulados eram válidos como estratégia econômica para suprir o sustento das necessidades cotidianas, enquanto a prática diária de resistência contra a dominação.

A questão contratual era uma condição fundamental na vida de extratores e transportadores, como artifício dos patrões para o endividamento. O objetivo de quem pagava pela produção era o recrutamento de um número sempre maior de homens, para garantir que em cada expedição, a deserção tivesse impacto reduzido no montante de essência coletado. Para isso, os trabalhadores eram atraídos por ofertas de pagamento adiantado e mulheres, sendo impedidos de abandonar a expedição enquanto houvesse débito, mesmo em caso de doença.

Nesse contexto, comparam-se os dados do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), órgão encarregado de arremeter homens para os seringais da região.

Em todas as capitais do país foram criados centros arremetadores com promessas de um eldorado que resolveria todos os problemas da população solicitada; o discurso arremetador trabalhava especialmente naquela população alijada do processo produtivo ou de inchaços nos centros; os problemas da população, caso aderissem ao chamado SEMTA, estariam resolvidos, pois na Amazônia teriam a fartura que nunca tiveram e nem teriam em sua terra natal, qual seja, o nordeste (FERREIRA, 2003, p. 92).

O artifício funcionava na medida em que trabalhadores honravam seus débitos e obtinham dinheiro antecipado ou garantia verbal de que teriam apoio financeiro em momentos de dificuldade – mesmo estando endividados. A estabilidade, embora momentânea, levava-os a se adequar às regras, justificando a suposta passividade ante a situação, e até mesmo a renovação de contrato por períodos extensos. Todavia, o fato concreto era que os extratores do pau-rosa tinham poucas alternativas de desligamento.

Menezes (2000), ao pesquisar migrantes na *plantation* canavieira, afirma:

A intenção ou decisão de abrir questão legal contra a usina geralmente acontece quando os migrantes querem ou contam com a possibilidade de desligamento da usina. Isto significa que uma ação legal contra a usina, a qual se inscreve nas práticas políticas sindicais, também se conecta com interesses individuais. As atitudes que diferenciam da ‘aceitação’, tais como deixar a usina ou levá-la à justiça, emergem quando o migrante não está preocupado em perder o emprego e tem outras alternativas em vista (MENEZES, 2000, p. 59).

A relação contratual condenava os trabalhadores à situação de dependência pessoal. A superação, entretanto, era problemática, dada a instabilidade do sistema capitalista nessas localidades. Essa dependência muitas vezes não era vista como submissão. Era, antes de tudo, uma forma de proteção coletiva. Estar inserido no sistema exploratório era uma garantia de sobrevivência, e suportar a lógica do trabalho significava a chance de se manter físico e mentalmente sã (SROUR, 2003).

Apesar dos baixos salários, ao fim de cada expedição para a retirada de toras de madeira da mata e extração do linalol havia quem obtivesse lucro e agisse contra os efeitos negativos e perniciosos da condição de subordinado. Observe-se, a exemplo do citado, a estratégia de economia de alimento relatada por Manuel Soares, ex-funcionário da usina Fé em Deus/AM:

Domingo a gente tinha que fazer o rancho para semana. Era comprado pirarucu, farinha, açúcar e café. Eu tirava um quilo de pirarucu para durar uma semana, talhava tudinho para dar certo para a semana. Eu tinha que cortar 14 pedacinhos (Depoimento de Manuel Soares. In: BITENCOURT; FERREIRA, 2014).

Da parte do patrão, ficar responsável pela vida de inúmeros funcionários agregados, vindos de diversas comunidades amazônicas do Amazonas e Pará, tendia à desestruturação e dizimação de tradições intergrupais ante os poderes emergentes. A situação de centralização hierárquica em torno de uma única pessoa, o chefe, forçava a concretização de práticas clientelistas e de mandonismo.

Para os extratores e transportadores, uma espécie de dupla moral parecia estar embutida no abono, com a antecipação do pagamento já na assinatura de contratos. Se os usineiros tinham consciência de que não eram bem pagos, todavia, isso não era motivo para se desligar da atividade, o que se configurava como resposta a uma ação com efeitos contrários, uma inquietude manifesta.

O domínio sobre os trabalhadores originava-se da relação de interdependência, na qual os usineiros e coletores de campo se inseriam em um sistema maior, em que o Estado, as empresas, os trabalhadores e os órgãos compradores eram parte de um cenário único. Manifestações e influências do patronato, em graus diferenciados, geravam polêmicas, forjando diretrizes, monopolizando técnicas e evidenciando hegemonia unilateral.

Na Amazônia, a indústria extrativista esteve conjuminada ao capital estrangeiro. Os seringalistas da borracha estavam vinculados às casas aviadoras, e dependiam delas para o financiamento. As casas aviadoras, por sua vez, funcionavam em razão da produção de borracha para a comercialização no exterior, de onde provinham os recursos. Apesar da dependência desse mercado, os patrões exerciam o seu poder nos seringais e interferiam no modo de produção, utilizando métodos exploratórios para subjugar os trabalhadores.

No caso das usinas de pau-rosa, a situação era similar. Os locais permaneciam desativados, em média, dois terços dos dias de cada mês, à espera de matéria-prima para o trabalho de extração ser iniciado. Nesses interstícios, os trabalhadores migravam para atividades secundárias, nas quais eram pagos e poderiam garantir o seu sustento. A alternativa, amiúde, também era mal remunerada, assim como o crédito dado no período de destilação do óleo do pau-rosa (COSTA, 1977).

Os trabalhadores do pau-rosa percebiam que sua força de trabalho era desvalorizada, mas não tinham consciência do valor agregado ao linalol no mercado de exportação, pois não tinham conhecimento do preço e do destino do

produto. Nesse sentido, acreditavam que a essência era a base para a fabricação de desodorantes que poderiam ser comprados comumente. Não se cogitava a sua utilização em relação à indústria de cosméticos internacional ou ao perfume Channel nº 5. Tratava-se de um aviamento cruzado: o valor monetário e o valor biodiverso eram escamoteados, além da própria consciência do trabalho coletivo.

Reincidiu entre os trabalhadores do pau-rosa a prática econômica não restritiva ao passado, expondo um *establishment* funcional que, junto com o mandonismo dos patrões, forjou a dependência intergrupos para os operários das usinas e os coletores das matas. Em face do de trabalho análogo ao regime de escravidão, na memória dos cativos do pau-rosa a atividade atribui certo caráter indenitário na extração da essência da *Aniba rosaeodora*. Hoje, o episódio tende a servir de subsídio técnico-científico para a formulação de novas políticas públicas voltadas à produção da essência do linalol, optando-se por vieses pretensamente racionais e justos.

Ao menos em tese, isso pode ser possível, porém, a governança na Amazônia é crítica quanto à fiscalização de fábricas ou conjuntos patronais que se utilizam de matérias-primas e pagam trabalhadores para a coleta e o beneficiamento de recursos florestais. Talvez por isso, por força de acordos multilaterais interestaduais e internacionais, granjeia-se a proposta de nortear o comércio justo para os produtos da Amazônia, atualmente, não só direcionada ao pau-rosa, mas a cadeias produtivas de diversos recursos florestais, dentre outros, o guaraná tradicional dos Sateré-Mawé, os banhos e unguentos com mistura de copaíba e andiroba, emplastros e chás com erva de saracura-mirá e ritualizações com mariri e chacrona, no contexto de sagrações espirituais.

O mote da indústria é supostamente incutir a sistemática coerente ao uso da biodiversidade da região. Todavia, trata-se de uma questão não consensual para o Estado e, sobretudo, para as instituições fiscalizadoras, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio), e empresas multinacionais incorporadoras de aportes financeiros. Como se descreveu, o acompanhamento das práticas extrativas é tênue e falho, além da cobrança por desvios e ilegalidades ser parcimoniosa e pouco representativa em comparação à magnitude do problema.

CONCLUSÃO

O dilema sobre o destino da Amazônia, pela sua dimensão espacial e a pressão geopolítica para garantir, ao mesmo tempo: i) a conservação da biodiversidade; e ii) a soberania dos povos tradicionais, tem sido desafio

conjuntural da região (NOGUEIRA, 2007). Entre os extratores do linalol deu-se reconfiguração histórica negativa do problema, pois foram evidenciados aspectos atípicos como a submissão de trabalhadores e mandonismo patronal, em razão de espoliação da natureza e de grupos sociais amazônicos.

O cenário no período considerado neste estudo engendrou relações de poder e exploração de recursos desproporcionais, considerando-se não apenas o Estado como agente da exploração, com também os pequenos e médios empresários inseridos na vida social, que comandavam a retirada do pau-rosa nas áreas de floresta nativa na Amazônia. Assim, como conclusão, considera-se que a pobreza e os interesses políticos de grupos hegemônicos foram determinantes para desregrar práticas laborais e empilhar espécies da fauna e flora em ambientes de usinas de extração do linalol, que se tornaram espaços de conflitos e definidores de poderes constituídos nos rincões no Baixo Amazonas.

Nesses ambientes, as divisões político-trabalhistas irregulares se firmaram e concretizaram as relações de mando e poder. Nessas relações, a garantia dos direitos fundamentais do indivíduo falhou diante da flexibilidade de um sistema comercial incoerente e, para sobreviver nesse sistema produtivo, foi necessário ajustar-se aos modos de produção inerentes à extração do pau-rosa. Mas sabe-se, entretanto, que os sentidos políticos e econômicos das usinas de extração do linalol não bastaram para encerrar práticas de aviamento, segundo se entendeu no *paper*. Pelo contrário, mantiveram-se atos similares aos que ocorreram no passado da borracha.

Hoje, nem sempre políticas públicas são orientadas para se proibir relações exploratórias, dado que as fiscalizações são frágeis e a governança inconsistente, o que tende a concorrer para a manutenção de estruturas de submissão e mandonismo na Amazônia, com razoável regularidade.

Daí que implicações da conclusão sugerem que, para extirpar a atividade exploratória, seria necessária uma fiscalização rígida e eficaz, e governança de alta notabilidade, que gerasse programas abrangentes de inserção socioambiental em produção cooperada agrofamiliar e agrocomunitária, visando lucros que alimentassem bancos sociais, com moedas locais constituídas sob parâmetros de realidades intrarregionais.

Os supostos programas vêm sendo realizados em alguma medida no bioma, reconhece-se, mas não em escala condizente com a complexidade da região amazônica.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, M.; FERREIRA, C. Radiodocumentário: a saga do pau-rosa. Produto vencedor do XXI Prêmio da Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação - Expocom 2014. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 13. 2014, Belém. **Anais...** Belém: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.

BITENCOURT, M.; RODRIGUES, R. A. Histórias silenciadas: o extrativismo do pau-rosa na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37. 2014. Foz do. Iguaçu. **Anais ...** Foz do Iguaçu. 2014a. p. 112-131.

BITENCOURT, M.; RODRIGUES, R. A. Memória dos trabalhadores do pau-rosa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E CULTURA NA PANAMAZÔNIA, 1. 2014, Manaus. **Anais ...** Manaus: Edua, 2014b. v. 1. p. 79-91.

COSTA, C. **Sociologia**. São Paulo: Moderna. 1977.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de S; Arquivo do Estado de São Paulo, 2001. p. 734.

FERREIRA, M. L. **O poder da arregimentação do Estado: a utopia nos seringais amazônicos – 1940-1945**. Curitiba: Tetravento, 2003.

FIGUEIRA, R. R. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, Apr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 Abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000100003>.

MEIRA, M. História, economia e sociedade: os índios do Rio Xié e a extração da piaçava. **Anais do Arquivo Público do Pará**, v.1, t.1, p. 224, 1995.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Vértice, 2002.

MENEZES, M. A. Experiência social e identidades: trabalhadores migrantes na plantação canavieira. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 3, jun. 2000.

NOGUEIRA, R. J. B. **Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica**. Manaus: EDUA, 2007.

SANTOS, F. S. D. Ainda a ‘cultura do barracão’ nos seringais da Amazônia. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 3, jun. 2000.

SANTOS, R. A. de O. **Historia econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, M. R. S. da; LACHARITÉ, C.; SILVA, P. A. da; LUNARDIS, V. L.; LUNARDI FILHO, W. D. Processos que sustentam a resiliência familiar: um estudo de caso. **Texto Contexto Enferm.**, v. 18, n. 1, p. 92-99, jan-mar, 2009.

SROUR, R. H. **Ética Empresarial**. A gestão da Reputação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TAVARES, M. A. da S. M.; ALBUQUERQUE, I. L. de. Sentidos e implicações da resiliência na formação. **Psicologia, Educação e Cultura**, v. 2, n. 1, p. 143-153, 1998.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Valer; EDUA, 2009.

Texto submetido à Revista em 08.04.2015
Aceito para publicação em 25.11.2015

